



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003950-80.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **JOVINO ARAUJO DE SOUZA**
 Requerido: **TELEFONICA BRASIL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha linha telefônica junto à ré sob determinada tecnologia, a qual necessitou ser trocada.

Alegou ainda que para tanto a ré lhe instalou uma nova linha, deixando a anterior de funcionar.

Todavia, salientou que essa nova linha não chegou a entrar em operação, razão pela qual busca a condenação da ré para que o providencie.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento porque à evidência a solução da causa prescinde da realização de perícia.

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, o documento de fl. 02, emitido pela própria ré, respalda a explicação exordial, patenteando que a atualização de tecnologia na linha telefônica do autor aconteceria por determinação da ANATEL.

Diante disso, não seria exigível que o autor fizesse prova de fato negativo para demonstrar que a nova linha não entrou em operação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tocava à ré a teor do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil comprovar que tal linha está em funcionamento regular, dispondo de condições para tanto, mas ela não o fez e não amealhou um único indício que lhe fosse favorável.

De mais a mais, o autor não propõe qualquer discussão em torno de tecnologias de linhas telefônicas, mas tenciona somente que aquela que lhe foi disponibilizada funcione.

A ré há tempos sabia da necessidade de promover a adequação aludida nos autos, não podendo reclamar do prazo fixado no processo para tanto.

Da mesma forma, a pena arbitrada não se revela excessiva e atende inclusive à desídia da ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a no prazo máximo de três dias tomar as providências pertinentes para que a linha telefônica indicada a fl. 01 (3306-8235) passe a operar regularmente, realizando e recebendo ligações, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 4.000,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**